



## TERMO DE REFERÊNCIA

Unidades Requisitantes: Secretaria Municipal de Saúde  
Processo Administrativo nº 2286/2026  
Anexo nº 1808  
Documentos de Formalização da Demanda nº 3032/2026

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de Veículo do tipo Ambulância para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, com recursos provenientes da Resolução SESA 898/2025 e contrapartida do Município, por meio de pregão eletrônico, pelo menor preço por item, exigências e demais disposições estabelecidas neste instrumento, no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
AMPLA	Lote 1	1	114444 - VEÍCULO TIPO FURGÃO, TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA, VEÍCULO DESTINADO AO TRANSPORTE DE PACIENTES COM RISCO DE VIDA CONHECIDO E AO ATENDIMENTO DE PACIENTES COM RISCO DE VIDA DESCONHECIDO, NÃO CLASSIFICADO COM POTENCIAL DE NECESSITAR DE INTERVENÇÃO MÉDICA NO LOCAL E/OU DURANTE TRANSPORTE ATÉ O SERVIÇO DE DESTINO, ZERO KM, ANO/MODELO 2026/2026 OU SUPERIOR, COM SALÃO ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA, MOTOR A DIESEL, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: - COR BRANCA, ORIGINAL DE FÁBRICA; - COMBUSTÍVEL: DIESEL; - AR CONDICIONADO: CABINE ORIGINAL DE FÁBRICA E NO SALÃO PODENDO SER ADAPTADO; AIRBAG DUPLO; - CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS LATERAIS RETRÁTEIS COM REGULAGEM DE ALTURA; - APOIO DE CABEÇA NOS BANCOS DIANTEIROS; - BREAK LIGHT; - DIREÇÃO: HIDRÁULICA (ORIGINAL DE FÁBRICA); - VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA (ORIGINAL DE FÁBRICA); - FARÓIS COM REGULAGEM ELÉTRICA DE ALTURA; - FAROL DE NEBLINA; - RETROVISORES EXTERNOS COM REGULAGEM ELÉTRICA; - VIDROS CLIMATIZADOS VERDES; - DESEMBAÇADOR COM AR QUENTE; - SINALIZADOR ACÚSTICO DO ENGATE DA RÉ; - TACÓGRAFO; - PROTETOR DE CARTER; - TRAVA ELÉTRICA: MÍN. NAS PORTAS DIANTEIRAS (ORIGINAL DE FÁBRICA); - TOMADA 12 V: MÍN. 3, SENDO 01(UMA) NA CABINE E 02 (DUAS) NO SALÃO DE ATENDIMENTO; - VIDRO ELÉTRICO: NAS PORTAS DIANTEIRAS (ORIGINAL DE FÁBRICA); COM INVERSOR DE VOLTAGEM DE 3000 WATTS; RÁDIO ORIGINAL DE FÁBRICA; - TAPETES; MOTOR: - CILINDRO: MÍN. 04; - INTERCOOLER; - POTÊNCIA: MÍN. 136 CV; - TORQUE: MÍN. 30 KGFM; - TURBO. VEÍCULO COM ALTURA MÍNIMA DE 2492 MM, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 5548 MM- PNEU: 195/75 R16 OU 225/65 R16 - ARO: 6J" X 16" H2 - EM AÇO ESTAMPADO - RADIAL SEM CÂMARA, INCLUSIVE ESTEPE. TODOS ORIGINAIS DE	UNIDADA	1	420.590,25	420.590,25



Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
			FÁBRICA. - FREIO: FREIO À DISCO NAS 04 (QUATRO) RODAS. SISTEMA DE FRENAGEM COM ABS. TANQUE: CAPACIDADE MÍN. PARA 70 (SETENTA) LITROS, INCLUINDO A RESERVA. - CÂMBIO: TRANSMISSÃO MÍN. DE 5 (CINCO) MARCHAS À FRENTE E 1 (UMA) À RÉ. DIMENSÕES EXTERNAS MÍNIMAS: - PORTA TRASEIRA ABERTURA COM 270º GRAUS. - CAT: APRESENTAR CERTIFICADO DE ADEQUAÇÃO A LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO (CAT). - POSSUIR TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS PREVISTOS PELA LEGISLAÇÃO. - ESTAR EM CONFORMIDADE COM O CONTRAN (CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO), PROCONVE (PROGRAMA DE CONTROLE DE AR PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES) E CONAMA (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE); ADESIVAGEM EXTERNA EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO ESTABELECIDO PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ. CARROCERIA INTERNA: - DIVISÓRIA DA CABINE DO MOTORISTA E O FURGÃO, VEDADA PARA EVITAR CONTAMINAÇÕES, NÃO SENDO PERMITIDO ADAPTAÇÃO COM MADEIRAS E SIMILARES; - JANELA DE COMUNICAÇÃO NA DIVISÓRIA DA CABINE DO MOTORISTA (SENDO PERMITIDO ADAPTAÇÃO); - JANELA DE CORRER INSTALADA NA PORTA LATERAL DO SALÃO, VIDROS ADESIVADOS COM PERFURITE NA COR BRANCA; - VIDROS FIXOS INSTALADOS NAS PORTAS TRASEIRAS, ADESIVADOS COM PERFURITE NA COR BRANCA, SENDO NO CENTRO DE CADA ADESIVO DEVE TER O SÍMBOLO DA CRUZ DA VIDA, CONFORME EXEMPLO CITADO NO TÓPICO DESCRITO SOBRE ADESIVAGEM; - ISOLAÇÃO TERMO ACÚSTICO DE ALTA DENSIDADE, PARA RETENÇÃO DA TEMPERATURA E DE RUÍDOS EXTERNOS, INSTALADO ENTRE A ESTRUTURA DO VEÍCULO E O REVESTIMENTO; - REVESTIMENTO INTERNO PRODUZIDO EM ABS MOLDADO OU EM FIBRA DE VIDRO, AMBOS SEM EMENDAS. - PISO EM FIBRA DE VIDRO COM REVESTIMENTO DE VINIL DE ALTA RESISTÊNCIA, PARA TOTAL ASSEPSIA; DEVE SER VEDADO EVITANDO INFILTRAÇÕES/ACÚMULOS DE LÍQUIDOS E PARA QUE POSSIBILITE A HIGIENIZAÇÃO, COM ACABAMENTOS EM PERFIS DE ALUMÍNIO; - BANCADA CONSTRUÍDA EM COMPENSADO NAVAL E REVESTIDO EM FÓRMICA TEXTURIZADA NA COR BRANCA, OU EM FIBRA DE VIDRO PARA TOTAL ASSEPSIA NA COR BRANCA. -DIMENSÕES: MÍN. 30 CM DE PROFUNDIDADE X 40 CM DE COMPRIMENTO, SENDO INSTALADA COM APROX. A 40 CM DE ALTURA; - ARMÁRIO NA PARTE SUPERIOR DO SALÃO, COM PORTAS DE CORRER (ACRÍLICO TRANSPARENTE) PARA GUARDA DE MEDICAMENTOS. CONSTRUÍDA EM COMPENSADO NAVAL OU EM FIBRA DE VIDRO, PARA TOTAL ASSEPSIA, E REVESTIDO EM FÓRMICA NA COR BRANCA TEXTURIZADA. SUPORTE DE SORO PARA NO MÍN. 2 (DUAS) UNIDADES COM FIXAÇÃO DO FRASCO, O MESMO DEVERÁ SER FIXADO NO PEGA MÃO. - CORRIMÃO – INSTALADO (01) CORRIMÃO NA PARTE CENTRAL DO TETO, EM PERFIL DE ALUMÍNIO REDONDO E POLIDO COM TAMPÕES DE PLÁSTICO, SUPORTES DE FIXAÇÃO. DEVERÁ SER FIXADO AO VEÍCULO ATRAVÉS DE SUPORTES EM PLÁSTICO INJETADOS DE ALTA RESISTÊNCIA. REDE DE OXIGÊNIO: - CILINDRO DE OXIGÊNIO COM 20 LITROS,				



Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
			COM VÁLVULA E MANÔMETRO. FIXAÇÃO DO SUPORTE PARA O CILINDRO ATRAVÉS DE SISTEMAS DE CATRACAS; - RÉGUA DE OXIGÊNIO - DISPONÍVEL COM 03 PONTAS, SENDO PARA: FLUXÔMETRO, UMIDIFICADOR E ASPIRADOR. DEVIDAMENTE INSTALADAS COM O CILINDRO ATRAVÉS DE MANGUEIRAS E CONEXÕES; -BANCOS TIPO BAÚ PARA NO MIN. 03 (TRÊS) ACOMPANHANTES NA LATERAL DA PORTA DE CORRER DO SALÃO, COM ANCORAGEM JUNTO À CARROÇERIA PARA FIXAÇÃO DOS CINTOS DE SEGURANÇA, SEU ESTOFAMENTO COM DENSIDADE MÍN. Nº 28 EM COURVIN DE ALTA RESISTÊNCIA. - BANCO FIXO NA POSIÇÃO ASSISTENTE/MÉDICO NO MIN. 06 (SEIS) ACOMPANHANTES, COM CINTOS DE SEGURANÇA - REVESTIDO COM COURVIN DE ALTA RESISTÊNCIA, NA MESMA COR DO COLCHONETE E DO BANCO DOS ACOMPANHANTES, COM CINTO DE SEGURANÇA. - MACA RETRÁTIL, PARA O PESO MÍNIMO DE 250 QUILOS, TOTALMENTE CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO. INSTALADA LONGITUDINALMENTE NO SALÃO DE ATENDIMENTO, COM NO MÍNIMO 180 CM DE COMPRIMENTO, COM A CABECEIRA VOLTADA PARA FRENTE DO VEÍCULO, PÉS DOBRÁVEIS, SISTEMA ESCAMOTEÁVEL, PROVIDA DE RODÍZIOS CONFECCIONADOS EM MATERIAIS RESISTENTES A OXIDAÇÃO, COM PNEUS DE BORRACHA MACIÇA E SISTEMA DE FREIOS, PROJETADA DE FORMA A PERMITIR A RÁPIDA RETIRADA E INSERÇÃO DO PACIENTE, NO COMPRIMENTO DA VIATURA, COM A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE RETRAÇÃO DOS PÉS ACIONADO PELO PRÓPRIO IMPULSO DA MACA PARA DENTRO E PARA FORA DO COMPARTIMENTO, PODENDO SER MANUSEADO POR APENAS UMA PESSOA. ESTA MACA DEVE DISPOR DE 3 (TRÊS) CINTOS DE SEGURANÇA FIXOS À MESMA. EQUIPADOS COM TRAVAS RÁPIDAS, PERMITINDO PERFEITA SEGURANÇA E DESENGATE RÁPIDO, SEM RISCOS PARA O PACIENTE. DEVE SER PROVIDA DE SISTEMA DE ELEVAÇÃO DO TRONCO DO PACIENTE EM PELO MENOS 45 GRAUS. UMA VEZ DENTRO DO VEÍCULO ESTA MACA DEVE FICAR ADEQUADAMENTE FIXA À SUA ESTRUTURA IMPEDINDO SUA MOVIMENTAÇÃO LATERAL OU VERTICAL QUANDO DO DESLOCAMENTO DO MESMO. QUANDO MONTADA FORA DA AMBULÂNCIA DEVERÁ TER A ALTURA MÁXIMA DE 1.100MM, E ESPAÇO DE NO MÍNIMO 150MM ENTRE A MACA E A PORTA TRASEIRA DA AMBULÂNCIA. SISTEMA QUE FIXA A MACA AO ASSOALHO DA AMBULÂNCIA DEVERÁ SER MONTADO DE MANEIRA A PERMITIR O ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO ASSOALHO ABAIXO DA MACA EVITANDO -SE O SEU ACÚMULO. DEVE POSSUIR COLCHONETE, CONFECCIONADO EM ESPUMA DENSIDADE MÍNIMA DE Nº 28 OU SIMILAR, IMPERMEÁVEL A SECREÇÕES. DEMAIS COMPONENTES OU ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS A SUA PERFEITA UTILIZAÇÃO. - LIXEIRA - ESPAÇO PRÓPRIO EM PONTO INTERNO DO SALÃO DE FORMA FIXA, DE FÁCIL ACESSO PARA USO E REMOÇÃO, COM CAPACIDADE APROX. PARA 5 LITROS; SISTEMA ELÉTRICO: - SINALIZADOR EM BARRA DE LED (VERMELHA) COM APROX. 130 CM DE COMPRIMENTO, MIN. 2 (DOIS) SISTEMAS DE SINAL,				



Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
			COM SIRENE, FIXO NO TETO NA PARTE FRONTAL DO VEÍCULO; - A SIRENE COM NO MÍN. 3 (TRÊS) TONS, POTÊNCIA MÍN. D100W; - LUZ DE EMBARQUE COM FOCO AJUSTÁVEL PARA A PORTA TRASEIRA; - EXAUSTOR DE TETO: (1) UMA UNIDADE DE 12 VOLTS, INSTALADA NA COR DO VEÍCULO E COM ACIONAMENTO PELO SALÃO DE ATENDIMENTO; - STROBOS: MÍN. 02 (DOIS) CADA LATERAL E 02 (DOIS) NA TRASEIRA, SENDO INSTALADOS NA PARTE SUPERIOR DO VEÍCULO, E NO MÍN. 04 (QUATRO) NA PARTE FRONTAL DO VEÍCULO, COR BRANCA; - VENTILADOR OSCILANTE DE 12 VOLTS, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 20 MM, FIXADO NO TETO NA LINHA CENTRAL DA DIVISÓRIA ENTRE O SALÃO E A CABINE. - LUMINÁRIAS DE LED: MÍN. 2 UNIDADES DE ALTA LUMINOSIDADE INSTALADAS NO TETO, AS DUAS UNIDADES PODEM SER INSTALADAS TIPO CALHA RETA EMBUTIDA NO TETO NA LINHA LONGITUDINAL OU REDONDA DIVIDIDA ENTRE O SALÃO; - TOMADA 12V: SENDO 01 (UMA) NA CABINE E UMA RÉGUA COM 03 (TRÊS) TOMADAS NO SALÃO DE ATENDIMENTO COM 110 VOLTS; - QUADRO ELÉTRICO: COM INTERRUPTORES E FUSÍVEIS DE CARTUCHO, CABOS ELÉTRICOS SUPERDIMENSIONADOS, ANTICHAMA, NORMA ABNT, COM LICENCIAMENTO E EMPLACAMENTO INCLUSOS NA MUNICIPALIDADE DE MARIALVA – PR.				

1.2 A opção pela modalidade de Pregão Eletrônico justifica-se por possibilitar maior adequação entre a demanda e o fornecimento, assegurando maior competitividade e transparência ao processo. Ademais, tal modalidade contribui para o planejamento orçamentário, permitindo a distribuição da aplicação dos recursos ao longo do exercício financeiro.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4.1 Com fulcro no Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, a presente licitação será encaminhada por Menor Preço por Item.

## 2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, contados da data da assinatura de contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, a partir o mútuo acordo entre as partes.

2.2. Em caso de aditivo de prorrogação contratual, o índice utilizado será o IPCA.

## 3.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de ambulância destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, com recursos provenientes da Resolução SESA nº 898/2025, da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, a qual autoriza repasse financeiro para fortalecimento da estrutura da rede pública municipal de saúde mediante aquisição de veículos destinados ao transporte sanitário e atendimento pré-hospitalar.





3.2. A necessidade da aquisição decorre da crescente demanda por atendimentos de urgência, emergência e transporte de pacientes no âmbito do Município, especialmente para remoções intermunicipais, deslocamentos para unidades de referência, transporte de pacientes acamados, bem como suporte às equipes de saúde nas ações de atendimento pré-hospitalar e assistência continuada.

3.3. Verifica-se que a atual frota municipal apresenta desgaste natural decorrente do uso contínuo e intensivo, circunstância que compromete a disponibilidade operacional, eleva custos de manutenção e reduz a eficiência na prestação dos serviços de saúde à população.

3.4. A contratação encontra respaldo no interesse público primário, tendo em vista que o transporte sanitário adequado constitui atividade essencial para garantia do acesso universal e contínuo aos serviços de saúde, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e dignidade da pessoa humana.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Sustentabilidade/impacto ambiental

5.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade/impacto ambiental eventualmente inseridos na descrição do objeto, dever ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme a Lei nº 14.133/2021.

5.2. Indicação de marcas ou modelos

5.2.1. Na presente contratação não haverá vedação de marca, desde que os produtos atendam na íntegra as especificações técnicas contidas em suas descrições.

5.3. Subcontratação

5.3.1. É vedada a subcontratação do objeto.

5.4. Garantia da Contratação

5.4.1. Garantia: a Contratada fica obrigada a garantir a qualidade do veículo contra defeitos mecânicos pelo período mínimo de 01 (Um) ano, contra defeitos de fabricação, mecânicos, montagem e funcionamento decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e o emprego em condições normais, sendo compreendida pela assistência técnica, incluindo mão-de-obra, reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos de fábrica, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal, fornecendo os respectivos termos e/ou declaração dessa garantia e oferecer treinamento(s) para operação do sistema.

5.4.1.2. Durante o período da garantia, o prazo máximo de atendimento será de 24 (Vinte e quatro) horas, contadas a partir do registro do chamado técnico, para o atendimento e solução do problema apresentado, excluindo-se deste prazo os sábados, domingos e feriados, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa formal acatada pela Administração Municipal.

5.4.1.3. Durante a vigência da garantia, a critério da Contratante, o deslocamento do veículo para a devida manutenção estará sob responsabilidade da Contratada, incluindo seus custos na íntegra.

5.4.2. O veículo deverá ser entregue, pela Contratada, no local indicado pela Unidade Requisitante, sem custos adicionais para o município de Marialva – PR.

5.4.3. Caso necessário, a Contratada deverá efetuar a entrega técnica do veículo, através de profissional, devidamente, vinculado à Concessionária da marca ofertada, onde a comprovação do vínculo do citado profissional poderá ser solicitada a qualquer tempo pela Administração Municipal.

5.4.4. A Licitante vencedora, deverá comprovar que dispõe de assistência técnica autorizada da marca apresentada, a uma distância da sede do município de Marialva – PR de até 100 km, para fins de economicidade quando da sua manutenção, assistência técnica e revisões periódicas, dispondo de



estrutura própria, instalações adequadas, equipamentos, ferramental e equipe técnica especializada, necessários a manutenção do item proposto, para realização de todas as manutenções e revisões previstas na garantia de fábrica do veículo.

5.4.5. Durante a vigência da garantia, constituem-se obrigações da Contratada:

5.4.7.1. Providenciar independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição na íntegra do veículo ou material permanente ofertado ou de suas peças acessórios e componentes que apresentarem defeitos de fabricação ou divergências com as especificações fornecidas, sem ônus para a Administração Municipal, em conformidade com o estabelecido no Edital e seus anexos, observado a legislação pertinente;

5.4.7.2. Substituir o equipamento ofertado ou as suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeito de fabricação por novos e que possuam a mesma especificação técnica originalmente proposta.

5.4.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

5.5. Da exigência de amostra

5.5.1 Para a presente contratação não haverá exigência de amostras.

5.6. Obrigações das Partes

5.6.1. Da Contratada

5.6.1.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

5.6.1.2. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento integral das atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

5.6.1.3. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

5.6.1.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

5.6.1.5. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.6.1.6. Entregar o objeto em devidas condições, devendo promover a substituição em até 03 (três) dias úteis, a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:

5.6.1.6.1. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta feita no procedimento licitatório;

5.6.1.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, seja fabricantes e outros;

5.6.1.9. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

5.6.1.10. Arcar com as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

5.6.1.11. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR;

5.6.1.12. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do produto e prestar os esclarecimentos cabíveis;

de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 3 (Três) anos.

6.2.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).



6.2.9. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar do datado recebimento da comunicação enviada pela Autoridade Competente.

6.2.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021): 6.2.13. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

6.2.14. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.2.15. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

6.2.16. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas orientações dos órgãos de controle.

### 6.3. Severidade

6.3.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; M2 = multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e M3 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

CONDUTAS ITEM		Ocorrência e reincidência					
		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez



2	<b><u>O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.</u></b>		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens.		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual.						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato.						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato.						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

6.3.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.





6.3.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

6.3.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) ( $L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2$ ), excetuadas as penas de multas específicas.

6.3.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município rescindir unilateralmente contrato.

6.4. Moratória

6.4.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

6.4.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

6.4.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (Dez por cento) do valor total do Contrato.

6.4.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato

6.4.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.

6.4.6. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

6.4.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 7.1. Condição e Local de Entrega

7.1.1. O veículo deverá ser entregue no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de ciência por parte da Contratada da emissão de Empenho pela Contratante. A entrega deverá ser efetuada no local indicado pela Unidade Requisitante, de segunda a sexta-feira, no período de 08:00hs às 11:00hs e 13:00hs às 16:00hs.

7.1.2. A entrega do veículo, a critério da Contratada, deverá ser efetuada por guincho plataforma, sem custos adicionais para a Contratante, diretamente no local indicado pela Unidade Requisitante.

7.1.3. A Contratada deverá entregar o veículo devidamente licenciado e emplacado, sem custos adicionais à Contratante.

7.1.4. O emplacamento e licenciamento devem ser efetuados no município de Marialva – PR.

7.1.4.1. O primeiro emplacamento deverá ser efetuado em nome do município de Marialva – PR.



**7.1.5. ADESIVAGEM EXTERNA EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO ESTABELECIDO PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ**

7.1.5. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência para que quaisquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.1.6. Em conformidade à Lei nº 14.133/2021, o veículo, de forma sumária, terá recebimento provisório.

7.1.6.1. O recebimento provisório possui por finalidade a devida aferição das especificações técnicas do veículo ofertado.

7.5. Garantia

7.5.1. A Garantia de fábrica deverá obedecer o período mínimo de 01 (um) ano, e encontra-se detalhada na Seção 5.4 deste Termo de Referência.

**8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. São indicados para fiscalização:

**GESTOR DE CONTRATOS**

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Daiane Rebeca de Aquino Calheiros	Gestora de Contratos	3160

**FISCAIS DE CONTRATO**

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Marcio Marcelo Martins	Motorista	1194

Suplente:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Luciene Brambila Moreira	Auxiliar Administrativo	1284

**9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

9.1. Os veículos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.5. Liquidação



9.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (Trinta) dias corridos para fins de liquidação.

9.5.2. A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

9.5.2.1. **A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.**

9.5.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.5.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.5.4. A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

9.5.4.1. A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.

9.5.5. O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

9.5.6. Na hipótese de irregularidade de habilitação, a Contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

9.5.7. O pagamento efetuado pelo Município Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

9.5.8. O pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após a liquidação da despesa por meio de crédito na conta corrente do Fornecedor, informada em sua proposta comercial, na fase de habilitação do procedimento licitatório.

9.5.9. É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

9.5.10. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (Meio por cento) ao mês, ou 6% (Seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$ , onde:
- $I$  = Índice de atualização financeira;
- $TX$  = Percentual da taxa de juros de mora anual;



- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

#### **9.6. Forma de pagamento**

9.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.6.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

##### **10.2. Exigências de habilitação**

10.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.

10.2.1.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

10.2.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.1.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.1.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.2.1.1.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2.1.1.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.1.2. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

10.2.1.2.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

10.3. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

10.3.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;





10.3.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

10.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

10.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.4. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.5. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

10.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

10.8. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

10.9. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

10.10. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

**10.11. Documentos relativos à qualificação técnica:**

10.11.1.A Proponente apresentar Declaração Comprobatória, que dispõe de assistência técnica autorizada da marca apresentada, a uma distância da sede do município de Marialva – PR com um raio máximo de 100 km, para fins de economicidade e logística quando da sua manutenção, assistência técnica e revisões periódicas, dispondo de estrutura própria, instalações adequadas, equipamentos, ferramental e equipe técnica especializada, necessários a manutenção do item proposto, para realização na íntegra das manutenções e revisões previstas na garantia de fábrica do veículo.

10.11.2. A sessão da presente licitação poderá ser suspensa, para que o Fiscal de Contrato proceda à diligência para aferir a autenticidade do conteúdo informado na referida Declaração Comprobatória.

10.12. Documentação complementar:



10.12.1. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21;

10.12.2. Declaração Unificada – Conforme Anexo.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 420.590,25 (quatrocentos e vinte mil, quinhentos e noventa reais e vinte e cinco centavos).

Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha colacionada junto ao Processo Administrativo nº 2286/2026, o preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 30% do menor valor apurado.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, com dotações orçamentárias aditadas no Processo Administrativo nº 2286/2026.



## APÊNDICE DO ANEXO 1 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a referida lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do prévio planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de ambulância destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, visando garantir suporte adequado às atividades de transporte sanitário eletivo, remoção de pacientes, atendimento de urgência e apoio às ações da rede pública municipal de saúde.

A necessidade da aquisição decorre da elevada demanda por transporte de pacientes para unidade de saúde locais e regionais, bem como da necessidade de manutenção de estrutura adequada para atendimento de situações emergenciais e deslocamentos de usuários que necessitam de acompanhamento especializado.

A aquisição visa renovar a frota municipal de veículos da saúde, reduzindo custos com manutenção corretiva de veículos antigos, minimizando riscos de indisponibilidade operacional e proporcionando melhores condições de segurança e conforto aos pacientes transportados e às equipes de atendimento. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar a adequada prestação dos serviços públicos de saúde.

### 3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida é viabilizada pela disponibilização de recurso através da Resolução SESA 898/2025, e o Município de Marialva.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências estão descritas de forma específica em Termo de Referência, em consonância ao Inciso III, do § 1º do Artigo nº 18, da Lei 14.133/2021.

### 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa da quantidade a ser adquirida foi definida com base na disponibilidade financeira destinada à Secretaria Municipal de Saúde, contemplando recursos oriundos da Resolução SESA 898/2025, e contrapartida do Município de Marialva.

Considerando as necessidades operacionais da Secretaria, a extensão territorial do município, aumentando assim a quantidade de atendimentos realizados.

### 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO



Para as especificações técnicas e quantidade pretendida, apurou-se acentuado número de potenciais fornecedores estabelecidos, com capacidade de prover a requerida aquisição de forma pronta e eficaz, fornecedores estes inclusive apontados em consulta junto à Plataforma Banco de Preços

#### **7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021. O valor máximo da licitação para contratação com base na quantidade estimada a ser adquirida pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 420.590,25 (quatrocentos e vinte mil, quinhentos e noventa reais e vinte e cinco centavos).

Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha colacionada junto ao Processo Administrativo nº 2286/2026, o preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 30% do menor valor apurado. A composição da precificação para a solicitada aquisição foi efetuada por meio de cotações com fornecedores, Sistema Banco de Preços e Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

#### **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução foi definida como a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade administrativa, por permitir a disponibilização imediata de veículo novo, com plena garantia de fábrica, menor risco de interrupções operacionais, redução de custos de manutenção inicial e atendimento integral às exigências técnicas e sanitárias para transporte de pacientes.

A adoção da presente solução possibilitará a ampliação da frota da Secretaria, proporcionando maior eficiência operacional, segurança aos usuários e continuidade na prestação dos serviços públicos de transporte e atendimento à população.

#### **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a aquisição da ambulância, a Administração busca a ampliação da Frota Municipal, melhoria na qualidade e eficiência dos serviços prestados, maior segurança e conforto aos pacientes transportados, redução de custos com manutenção corretiva, diminuição do risco de indisponibilidade operacional da frota e ainda o fortalecimento da estrutura da rede pública de saúde.

#### **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Não aplicável.

#### **11. IMPACTOS AMBIENTAIS**

O veículo a ser adquirido deve atender às normas ambientais vigentes, apresentando maior eficiência energética, baixo consumo de combustível e redução na emissão de poluentes, conforme os padrões estabelecidos pela legislação brasileira. Além disso, deverá possuir níveis de ruído compatíveis com os limites regulamentares, contribuindo para menor impacto ambiental e para uma frota municipal mais sustentável. A adoção de veículos novos e mais eficientes também reduz custos de manutenção e promove maior responsabilidade ambiental no âmbito da gestão pública.

#### **12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A aquisição revela-se a mais vantajosa à Administração quando comparada à manutenção exclusiva de frota antiga ou à eventual terceirização contínua do serviço, considerando a redução de custos de manutenção corretiva, maior confiabilidade operacional, garantia de fábrica e ampliação da capacidade de atendimento da rede municipal de saúde.





PREFEITURA  
**Marialva**  
Cuidando da nossa gente



### 13. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e do futuro Edital de Licitação.



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6475-C8B1-C0ED-62E8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DANIELLI CASSIA BETANIN (CPF 091.XXX.XXX-37) em 05/05/2026 10:43:21 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCIO MARCELO MARTINS (CPF 032.XXX.XXX-99) em 05/05/2026 11:42:48 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



DÉBORA CRISTIANA MARCENICHEN MORI (CPF 038.XXX.XXX-83) em 05/05/2026 15:56:58  
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/6475-C8B1-C0ED-62E8>